

Relatório da CPI em São Caetano vai confirmar manobras fiscais de Auricchio

Entre os problemas encontrados nas 14 mil páginas de documentos estão gastos de 2024 pagos com empenho de 2025 e distorção no saldo bancário

Angelica Richter

O relator da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida em São Caetano, Edison Parra (Podemos), apresentará relatório final até dezembro, o qual comprova manobras financeiras irregulares realizadas pelo ex-prefeito José Auricchio Junior (PSD) em 2024, último ano do mandato. O parecer de Parra passará pelo crivo da Câmara e, posteriormente, deverá ser encaminhado ao MP (Ministério Público) e ao TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

Segundo o podemista, a auditoria realizada pela Fundace (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia) nas 14 mil páginas de documentos enviadas pela Prefeitura aponta para desconformidades à LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e à Lei 4320, de Normas Gerais de Direito Financeiro, entre outras, que chegam a R\$ 232 milhões.

Parra afirma que quatro pontos se destacam no relatório: o cancelamento de R\$ 30 milhões em dívidas liquidadas em 30 de dezembro, último dia útil de 2024; obrigações a pagar sem cobertura orçamentária no valor de R\$ 154 milhões; distorções no saldo bancário que somam R\$ 20 milhões; e R\$ 47 milhões em despesas de 2024 pagas com empenhos de 2025.

“As manobras feitas pela gestão anterior não representam simples erros contábeis, mas parecem configurar uma estratégia planejada para ocultar a verdadeira situação de São Caetano”, destaca.

Conforme documento apresentado pela Fundace, entre os cancelamentos de liquidações – quando o serviço é prestado ou produto entregue e falta realizar o pagamento – estão, por exemplo, cestas básicas, no valor de R\$ 5,8 milhões, contrato de vigilância, R\$ 3,6 milhões, e nota fiscal da construção do Parque Elis Regina, de R\$ 2,4 milhões.

“Em vez de pagar, você liquida. Você deleta, como se não não houvesse. Como assim? (O valor) não apareceu no balanço como restos a pagar. Desapareceu. É uma manobra para ludibriar o balanço”, pontua o vereador, ao destacar que foram

cancelados ao longo de dezembro mais R\$ 40 milhões. “Chamou a atenção por terem sido R\$ 30 milhões em um dia só”, complementa.

Parra destaca também os R\$ 47 milhões em despesas de 2024 deixadas sem orçamento e que tiveram de ser empenhadas em 2025, dentre as quais o pagamento do abono dos profissionais da educação referente a dezembro de 2024, no valor de R\$ 2,9 milhões. “Jamais poderia ter acontecido isso e o prefeito atual (Tite Campanella,PL) acabou pagando.”

Outra manobra citada por Parra é a distorção de saldo bancário: a folha de férias dos servidores foi debitada (saída financeira) em 28 de dezembro de 2024, mas contabilizada apenas entre 2 e 5 de janeiro de 2025. “Só pode ser uma manobra para deixar o número mais bonito. Para melhorar o resultado final de 2024. Você não poderia fazer isso nem se fosse o síndico de um prédio. Se gastou no dia 4, é no dia 4. Não se pode mudar a data”, afirma.

O vereador descarta, neste momento, a necessidade de oitivas de Auricchio e ex-secretários, como Stefânia Wludarski, que comandava a Pasta da Fazenda, porque as 14 mil páginas já trazem informações suficientes para compor o relatório. Parra ressalta que seu parecer será baseado no documento apresentado pela Fundace. “A CPI é 100% técnica. Meu relatório vai reportar tudo que foi constatado pela comissão com extremo rigor técnico e baseado em dados concretos.”

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/4264775/relatorio-da-cpi-em-sao-caetano-vai-confirmar-manobras-fiscais-de-auricchio>

Veículo: Online -> Site -> Site Diário do Grande ABC - Santo André/SP

Seção: Política